

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ato nº 674 de 23 de setembro de 2013.

**A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, anexo I, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013, para divulgação e conhecimento público.**

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2012 a AGOSTO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		Total (c) = (a) + (b)
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	
DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	239.168,11	12,45	239.180,56
Pessoal Ativo	176.641,68	12,45	176.654,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	62.526,43	-	62.526,43
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	56.346,32	0,00	56.346,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	12,30	-	12,30
Despesas de Exercícios Anteriores	1.857,53	-	1.857,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	54.476,49	-	54.476,49
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	182.821,79	12,45	182.834,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100	0,029230%	0,000002%	0,029232%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,076785%			480.260,66
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,072946%			456.247,63
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,069107%			432.234,60

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região-10/09/13 – 13h 20min

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- Os gastos em 2012 com auxílio natalidade/funeral de R\$ 8.043,93, classificados como Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, foram excluídos da apuração deste RGF, conforme Acórdão TCU nº 894/2012.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 106.146.058,36 e despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 3.344.270,94 (R\$ 38.527,94 cancelado em 2013);
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa empenhada/liquidada R\$ 75.409,29.
- Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 34.880.495,40 e Despesa inscrita em Restos a Pagar não processados R\$ 4.155.686,94;
- As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

Fortaleza, 23 de setembro de 2013.

MARIA ROSELI MENDES ALENCAR
Desembargadora Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral-Ordenadora de Despesa

JOSÉ TEIXEIRA NETO
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA
Secretário de Controle Interno